

# Governo se perde por falta de negociadores

O Governo mostrou ontem, no primeiro dia do esforço concentrado, que está desarticulado para enfrentar votações polêmicas nas duas Casas do Congresso Nacional. Mesmo depois de o presidente da Câmara Inocêncio Oliveira (PFL-PE) garantir o quórum e estabelecer uma estratégia de discussão que privilegiava os interesses do Governo, os acordos para as votações esbarinharam na falta de interlocutor credenciado pelo Executivo para finalizar as negociações.

No Senado, o acordo fechado de manhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso e os representantes das empresas de energia elétrica em torno do projeto de concessões do serviço público foi polêmico o bastante para que o senador Elcio Álvares (PFL-ES), que ocupa o espaço vazio em defesa dos interesses do Governo, sugerisse a transferência da votação para hoje.

**Estratégia** — Ao saber que ao Governo não interessa a votação do salário mínimo e que a anistia a parlamentares que usaram a gráfica do Senado não é prioritária, o deputado Inocêncio Oliveira organizou a discussão “de bandeja” para o Presidente. Primeiro, fez um acordo em torno da remuneração de presidente, vice, ministros e parlamentares, incluída na pauta de ontem. E reservou toda a tarde para discutir exclusivamente a MP do Imposto de Renda das empresas, evitando colocar na mesma mesa as cartas referentes aos outros projetos.

Com o sinal positivo do PT e do PDT, foi fechado um acordo em torno da proposta do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB/RS), para aprovar o texto original, com o compromisso do Governo de enviar nova MP restringindo o prazo de validade da medida ao ano de 95.

Parecia uma grande jogada: o Governo ganhava uma resposta imediata, embora temporária, para sua necessidade de aumentar a arrecadação e tinha tempo para negociar outras alternativas tributárias. As esquerdas, por sua vez, preferiram um passaro na mão do que vários voando: conquistavam pelo menos um ano de aumento de alíquotas para as pessoas jurídicas, o que é um resultado bem melhor do que o do ano passado. No final de 93, chegou ao Congresso a MP 407, integrante do Fundo Social de Emergência, e após longas e tumultuadas negociações aprovou-se o aumento do IR de pessoas físicas, mas não o das jurídicas.

**Problemas** — Encerrada a reunião, entretanto, começaram os problemas. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, levantou objeções. A restrição do prazo de vigência da MP pode funcionar para o aumento de alíquotas, mas traz desdobramentos em relação a outros pontos, como a criação de novas regras de desindexação, da Ufir trimestral etc. Conclusão da história: o relator Mussa Demes (PFL/PI) e o deputado Paulo Bernardo (PTB/PR) foram convocados às pressas para recomendar a negociação numa reunião noturna com Everardo Maciel.

Segundo Paulo Bernardo, enquanto isso, outros parlamentares já voltavam a negociar com o Governo a inclusão de outras alterações na restrição do prazo, a exemplo da compensação do prejuízo, o que forçará uma nova rodada de negociações ainda hoje, antes da votação. Quando tudo será muito mais complicado, pois também estarão na pauta o salário mínimo e a anistia.